

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Programa de Formação de Conselheiros Nacionais
Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos
Sociais

Adriana Eva Cardoso

FÓRUM DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE DIVINÓPOLIS/MG
Participação dos Conselhos e fortalecimento do controle social

Divinópolis
2014

Adriana Eva Cardoso

FÓRUM DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE DIVINÓPOLIS/MG
Participação dos Conselhos e fortalecimento do controle social

Monografia apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais.

Orientadora: Prof. Dr. Teresa Cristina
Vale

Divinópolis
2014



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH
Departamento de Ciência Política
Centro de Referência em Ciências Humanas - Sala 305 - Anexo
Av. Antônio Carlos 6627 Pampulha - Campus Pampulha.
Belo Horizonte/MG - CEP 31270-901
E-mail: adm_edist@fafich.ufmg.br TEL: (031) - 3409-5004

ATA DE APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, REPÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Aos 6 (seis) dias do mês de novembro de 2014 (dois mil e quatorze), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), reuniu-se a Comissão Avaliadora da monografia intitulada **“FÓRUM DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE DIVINÓPOLIS/MG PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHOS E FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL”** elaborada por **Adriana Eva Cardoso**.

A Comissão, composta pelos professores Teresa Cristina de Souza Cardoso Vale e Ísis Arantes Maciel de Souza, após apresentação da monografia, deliberou pela sua **aprovação**, o que confere ao aluno o título de Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. Para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros presentes.

Belo Horizonte, 6 de novembro de 2014.

Teresa Cristina de Souza Cardoso Vale (UFVJM)

Ísis Arantes Maciel de Souza (UEMG)

Dedico este trabalho a meus familiares que sempre estiveram ao meu lado em todos os momentos da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Durante estes dois últimos anos muitas pessoas participaram da minha vida. Algumas já de longas datas, outras mais recentemente. Dentre estas pessoas algumas se tornaram muito especiais, cada uma ao seu modo, seja academicamente ou pessoalmente; e seria difícil não mencioná-las.

Grata a Deus pelo dom da vida, pelo seu amor infinito, sem Ele nada sou. Deus tem me presenteado todos os dias, esta especialização foi um presente incrível!

Família: vocês são essenciais para a minha vida! Obrigada por estarem ao meu lado sempre! Porque vocês sempre me apoiaram para que eu não desistisse de caminhar nunca, ainda que em passos lentos, é preciso caminhar para chegar a algum lugar. Agradeço muito a Deus pela vida de vocês!

Agradeço aos meus pais, Geraldo e Eva, meus maiores exemplos. Por todas as orações, direcionamentos, palavras de incentivo, por todos os momentos que estiveram ao meu lado!

A minha filha Maria Luiza, amor incondicional, por compreender a ausência da mamãe em alguns momentos para dedicar aos estudos e por ter sido tão incentivadora e amiga.

Aos meus queridos irmãos; Antonio, Elenice, Helena, Reginaldo e André por todo amor e carinho, pelo apoio e palavras de incentivo, eu amo vocês!

Aos meus cunhados Rinaldo e Reginaldo e minhas cunhadas Suelene, Grace e Daniele pela compreensão. Aos meus sobrinhos e sobrinhas Rayssa, Ygor, Yan, Raphael e Yasmim, pela alegria, ternura e carinho, a titia ama vocês!

Ao Henrique muito obrigado pelo carinho, amor, paciência e solidariedade.

Obrigada, meus amigos, pela confiança e amizade, e pelos momentos de gargalhada. Porque mesmo quando distantes, estavam presentes em minha vida. Flavia, Suelen, Marina Diva, Lucélia, Fabíola, há anos já ultrapassaram os limites de amizade, somos família! Renato, Olsymara, Gabriel e Summer pelo apoio e compreensão. Essa conquista eu compartilho com vocês com muita alegria, pois vocês participaram tão de perto de cada coisa que tenho vivido vocês são parte dessa vitória!

Aos meus colegas de trabalho pela paciência, parceria e incentivos. Aos meus colegas conselheiros pelas informações e troca de saberes.

À Universidade Federal de Minas Gerais e Secretaria Geral da Presidência da República que me ofereceu oportunidade de concretizar a Pós Graduação a distância que, de outro modo, não poderia ingressar na especialização. À Universidade Federal de Minas Gerais realizei um sonho no qual tenho muito orgulho que é ser aluna desta instituição, o seu corpo docente, direção e administração contribuiu muito pelo meu crescimento intelectual, cultural e político.

A Mariana Alves e ao Leonardo Barros e a todos os professores que me ensinaram, incentivaram e ajudaram, direta ou indiretamente, contribuindo assim, para que eu pudesse crescer.

A minha Orientadora Teresa Cristina Vale pela paciência, dedicação, incentivo e sabedoria que muito me auxiliou para conclusão deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Aos meus colegas de curso em especial Valeria, Fraga, Whelton, Geovana.

Obrigada a todos que, mesmo não estando citados aqui, tanto contribuíram para a conclusão desta etapa e para a Adriana Eva que sou hoje.

CARDOSO, Adriana Eva. Fórum dos Conselhos Municipais de Divinópolis/MG Participação dos Conselhos e Fortalecimento do Controle Social. Monografia (Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais). Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG.

RESUMO:

Este trabalho trata-se de uma experiência de democracia participativa que busca compreender o desempenho e as particularidades do Fórum dos Conselhos Municipais de Divinópolis /MG – Fórum CMD.

No município de Divinópolis/MG, região centro oeste de Minas Gerais, um município marcado pelos fortes traços do clientelismo e dominação política vivenciou uma expansão e criação de diversos conselhos de políticas públicas nos anos 90 e meados de 2000.

Com a criação da Casa dos Conselhos que é um espaço físico, dotado de infra-estrutura e recursos humanos para atender todos os conselhos, os conselheiros tiveram uma aproximação e a partir das conversas estabelecidas entre esses conselheiros ficaram evidentes as demandas e dificuldades comuns entre alguns conselhos. Daí surgiu a necessidade de criar um Fórum para somar esforços e buscar maior articulação junto a Administração Municipal para efetivar as suas demandas.

Com esse propósito surgiu o Fórum dos Conselhos Municipais de Divinópolis que tinha como o objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública municipal e a sociedade civil.

O Fórum-CMD trata-se, portanto, de uma instância nova, com apenas 08 anos, estruturado de forma pioneira, com regimento interno há 04 anos. Têm como objetivo cumprir o seu papel de articulação dos Conselhos Setoriais para garantir o pleno funcionamento das instâncias de participação e controle social do município.

No entanto coloca alguns pontos que evidenciam o risco de “mascarar” uma democracia e consolidar o pensamento e decisões dos pensamentos, culturas e famílias dominantes no município.

Palavras- chaves: Fórum dos Conselhos Municipais de Divinópolis-Fórum CMD; *Accountability*; Controle Social.

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO.....</u>	<u>9</u>
<u>CAPÍTULO I – CONSTITUIÇÃO DE 1988 E ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO</u>	<u>12</u>
<u>CAPÍTULO II – A CRIAÇÃO DO FÓRUM DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE DIVINÓPOLIS</u>	<u>16</u>
2.1-HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DO FÓRUM DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE DIVINÓPOLIS – FÓRUM CMD	20
<u>CAPITULO III – ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO FÓRUM CMD</u>	<u>33</u>
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	<u>42</u>
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	<u>45</u>
<u>ANEXOS</u>	
ANEXO I	49
ANEXO II.....	51

Índice de Tabelas e Gráficos

GRÁFICO 1: POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO POR FAIXA ETÁRIA – 2000 E 2010.....	17
TABELA: CRIAÇÃO DOS CONSELHOS DE DIVINÓPOLIS POR MANDATO/ANO.....	20

Introdução

Os conselhos gestores de políticas públicas são instâncias de controle social que surgiram, no Brasil, a partir da Constituição de 1988. Em Divinópolis-MG, cidade do interior de Minas Gerais, os conselhos gestores de políticas públicas foram criados a partir da década de 90 e expandidos na primeira década de 2000. Estes espaços mudaram o cenário municipal, que era marcado pelos fortes traços do clientelismo e dominação política.

Compreendemos os Conselhos Municipais como um espaço articulador e mediador entre as instâncias governamentais e a sociedade civil, para atender as demandas do município, por meio da gestão democrática das políticas públicas.

A constituição dos espaços públicos representa o saldo positivo das décadas de luta pela democratização, expresso especialmente —mas não só— pela Constituição de 1988, que foi fundamental na implementação destes espaços de participação da sociedade civil na gestão da sociedade... (EVELINA DAGNINO 2004, p. 97)

Os conselhos gestores de políticas públicas são espaços efetivos de participação popular que permitem formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas. Os conselhos têm sua composição paritária entre Governo e Sociedade Civil, de natureza deliberativa, consultiva, cujo objetivo é deliberar, formular, controlar e monitorar as políticas públicas. Segundo Avritzer, os conselhos funcionam “(*... De um país de baixa propensão associativa e poucas formas de participação da população de baixa renda, em um país com o maior número de práticas participativas...*)”. (AVRITZER, 2008, p.1).

A forma como os Conselhos Municipais de Divinópolis têm se organizado, evidencia um importante espaço de acesso dos cidadãos, rompendo com essa cultura política que sempre privilegiou a participação dos grupos com maior poder aquisitivo e ou com privilégios políticos. No entanto coloca alguns pontos que evidenciam o risco de “mascarar” uma democracia e consolidar o pensamento e decisões dos pensamentos, culturas e famílias dominantes no município.

Nesse sentido é possível registrar a existência de Conselhos que foram criados no município de Divinópolis, que já funcionaram, e que no momento não estão

funcionando. Outros conselhos do município que possuem lei de criação, mas não foram implantados e muitos que funcionam de forma precária.

Estes conselhos em alguns casos são criados, mas não alcançam o objetivo de ser a expressão da gestão democrática e de alavancar ações de controle social no município. Muitas vezes a sociedade civil, trabalhadores, técnicos não são consultados no momento de planejar a organização de alguns conselhos no município, emanando sua Lei de Criação diretamente do gabinete do gestor municipal para o legislativo local.

“Sem dúvida, a institucionalização dos conselhos limita a transferência de práticas e de informações da sociedade civil para o seu interior, definindo que os participantes societais representem grupos de interesses de cada área de política pública. Este é um quesito que funciona com maior fluidez no caso dos orçamentos participativos. Porém, é precisamente esta característica a que impede que os governos desconstituam os conselhos e auxilia a explicar o porquê, atualmente, estes organismos estão disseminados em todos os municípios do país, enquanto os orçamentos participativos existem apenas em algumas centenas de cidades” (CORTES, GUGLIANO, 2010, p. 69).

As formas como os Conselhos se organizaram num único espaço físico, dotado de recursos humanos e a infraestrutura facilita a efetivação do controle social. No entanto, ao poder executivo criar o cargo de Gerente de Apoio aos Conselhos, de centralizar as discussões, a partir dos rumos estipulados por ele demonstra uma fragilidade dos Conselhos Setoriais e do Fórum dos Conselhos Municipais de Divinópolis-Fórum CMD.

O Fórum-CMD trata-se, portanto, de uma instância nova, com apenas 08 anos, estruturado de forma pioneira, com regimento interno há 04 anos. Têm como objetivo cumprir o seu papel de articulação dos Conselhos Setoriais para garantir o pleno funcionamento das instâncias de participação e controle social do município.

Este trabalho tem como objetivo principal compreender o desempenho e as particularidades do Fórum dos Conselhos Municipais de Divinópolis. Para isso faz um resgate histórico nas leis de criação dos Conselhos Municipais de Divinópolis num primeiro momento e em seguida avalia os fatores que levaram a criação do Fórum-CMD.

Veremos que é possível considerar a existência de alguns fatores que constituiriam obstáculos ao funcionamento do Fórum dos Conselhos do Município.

Tentaremos responder a pergunta: quais seriam os fatores que constituiriam obstáculos ao pleno funcionamento do Fórum CMD?

Nesta perspectiva, pretende-se desenvolver o tema: *O desempenho do Fórum – CM e para isso pretende-se:*

- a) investigar um breve histórico da criação dos Conselhos e do Fórum-CMD em Divinópolis I;
- b) descrever a origem, funções e a organização do Fórum-CMD e
- c) pesquisar a existência de fatores que representam obstáculos ao pleno funcionamento do Fórum CMD.

A metodologia para a realização da pesquisa foi o tipo exploratório/descritivo. Os dados foram coletados por meio de pesquisa bibliográfica/documental, através dos registros eletrônicos, notícias de jornais, leis, decretos municipais e atas do Fórum dos Conselhos Municipais de Divinópolis.

Com o objetivo já dito de analisar o desempenho do Fórum dos Conselhos Municipais de Divinópolis- Fórum CMD deve-se também avaliar a participação nessas instâncias de controle social, garantindo a participação do poder público e sociedade civil na elaboração e acompanhamento de políticas públicas através da *accountability societal*.

No primeiro capítulo, pretendo demonstrar o processo histórico que deu origem a criação dos Conselhos que teve como marco a Constituição Federal de 1988. Serão ainda abordados neste primeiro capítulo elementos teóricos tais como *accountability* que servirão para embasar se os Conselhos mostram como um canal em que poderia possibilitar maior *accountability*, no qual a sociedade civil iria desempenhar um papel fiscalizador, estaria mais envolvida na agenda política municipal e teria maiores condições de propor, construir e monitorar as políticas públicas.

No segundo capítulo, pretendo demonstrar o histórico da expansão dos conselhos municipais em Divinópolis e a criação do Fórum dos Conselhos Municipais de Divinópolis - Fórum CMD, que será fundamental para entender as atribuições e dinâmicas do Fórum-CMD.

No capítulo 3 é destinado a uma análise detalhada do Fórum dos Conselhos Municipais de Divinópolis, sua legislação, objetivo, funcionamento e dinâmica, relacionando com o primeiro e segundo capítulo deste estudo.

As Considerações Finais fecham o trabalho, apontando os desafios, limites e possibilidades na prática do Fórum dos Conselhos Municipais de Divinópolis. A importância da contribuição efetiva do conselheiro, e da vontade dos gestores políticos

em contribuir para a participação efetiva da sociedade na formulação, implementação e monitoramento das políticas sociais do município.

Capítulo I: Constituição de 1988 e espaços de participação

A Constituição Federal de 1988 criou condições favoráveis em termos de criação de mecanismos, instâncias e procedimentos de accountability, nas suas modalidades vertical, horizontal, societal. Assegurou condições jurídicas e políticas que garante a participação popular tanto na elaboração das políticas públicas quanto no controle dos agentes públicos.

Ela reconhece o povo como detentor de todo poder e garante diversas formas de exercê-lo através desses novos canais. Assim a partir de então a comunidade e cidadão devem participar na construção, controle, fiscalização e avaliação das políticas públicas e zelar pelos recursos públicos serem aplicados de maneira correta, impedindo desvios, fraudes, corrupção e outras irregularidades.

A Constituição de 1988 assegura a participação popular e cria critérios e princípios para as Administrações Públicas pactuar em todos os níveis dos entes federados garantindo a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômicas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito

Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo,

informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º - A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, Xe XXXIII;

III - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública. (BRASIL, Constituição, 1988).

Com a criação destes novos espaços de participação, os papéis dos cidadãos não ficam restritos ao voto, ele possibilita uma democratização da gestão pública no Brasil. Nesse sentido os Conselhos de Políticas Públicas é um tipo de instituição que tem ganhado relevância cada vez maior.

Dentre estes espaços os conselhos gestores de políticas públicas como afirma Dagnino (2002) são espaços paritários, com representação da sociedade civil e do poder público que têm atribuição deliberativa e como função prioritária, formular, controlar e executar as políticas públicas.

Os conselhos constituem-se em instâncias de caráter deliberativo, porém não executivo; são órgãos com função de controle, contudo não correccional das políticas sociais, à base de anulação do poder político. O conselho [...] pode obrigar o Estado a elaborar normas de Direito de forma compartilhada [...] em co-gestão com a sociedade civil (MOREIRA, 1999 apud DAGNINO, 2002, p.50).

Os Conselhos de Políticas Públicas são um espaço de participação popular, de composição paritária. Têm como finalidade propor, programar, fiscalizar, monitorar e avaliar as políticas públicas municipais, nesse sentido utiliza os termos *accountability* para estabelecer uma conexão entre participação popular e responsabilização.

A partir destes Conselhos rompe com a cultura política e permite a participação popular da sociedade civil no acesso as informações, bem quanto na tomadas de decisões propiciando a construção e definição de novos rumos das políticas públicas para o seu território. Além de assegurar que os atos públicos sejam acompanhados, fiscalizados e

se necessários os gestores poderão ser punidos pelas instâncias de controle social é o que afirma Peruzzotti,

[...] se negam a assumir um papel meramente passivo, limitado à delegação eleitoral, e assumem uma atitude ativa de supervisão permanente de seus representantes de maneira a assegurar que os comportamentos dos mesmos se enquadrem dentro das normas de responsabilidade e de responsiveness que dão legitimidade ao vínculo representativo. (PERUZZOTTI, 2005, p. 3)

O termo *accountability* é um termo utilizado na ciência política que ainda não teve a sua tradução para o português e se refere a “responsabilização”. Os autores apresentam dimensões distintas para o *accountability* e classificam como: *accountability* horizontal e o *accountability* vertical.

O *accountability* horizontal acontece quando o controle que os poderes estabelecidos se dá uns com os outros. São as ações de fiscalizações, monitoramento e avaliações que dão transparência dentro de instituições que garantem quando necessário a punição dos órgãos e agentes do Estado, seja através de omissões, ilegalidades, improbidades exercidas por órgãos ou agentes do Estado resultando em impeachments, processos e cassações.

Alguns exemplos dessas estruturas são a atuação do Ministério Público; as Controladorias Gerais e Agências fiscalizadoras; as Ouvidorias públicas; os Partidos políticos; os Tribunais de Contas; entre outros.

“A existência de agências estatais que têm autoridade legal e estão realmente dispostas e capacitadas para empreender ações que vão desde o controle rotineiro até sanções legais ou inclusive impeachment, em relação a atos e/ou omissões de outros agentes ou agências do Estado que podem em princípio ou presumidamente ser qualificadas como ilícitas” (O'Donnell, 2000, p. 01).

O *accountability vertical* consiste sobretudo na necessidade de os representantes têm de prestar contas e submeter a avaliação da população. Ele têm um caráter político e os seus principais instrumentos são o voto e a ação popular.

O *accountability vertical* não se esgota com as eleições, pois o cidadão ao longo do mandato e fora do período eleitoral têm a possibilidade de utilizar outros instrumentos.

Estes instrumentos são a ação popular, plebiscito, referendo, garantindo os seus interesses e demandas sejam executados sobre os políticos .

Accountability política é um princípio importante que pode ajudar a dar sentido à noção de soberania popular num regime de democracia representativa. Mas, se a consideramos como o único princípio importante, colocamos em risco a própria accountability. No nível do modelo institucional accountability deve ser complementada por instituições de deliberação, constitucionalismo e representatividade descritiva. Mas a condição mais importante para que um sistema de accountability realmente funcione é a atividade dos cidadãos nos fóruns públicos democráticos e na sociedade civil (ARATO, Andrew. 2002.p. 96).

O ponto determinante do *accountability vertical* são as eleições que destacam como ponto central nos regimes democráticos. Consiste na autorização que o povo delega a um grupo de pessoas para ser os seus representantes e ainda a possibilidade durante esse processo de aprovar ou reprová-lo o representante político que já está nas estruturas do Estado .

O *accountability social (ou societal)*, ele não está diretamente ligado ao voto, ele acontece a partir das diversas entidades, sindicatos, ONG. São agentes sociais que exercem os seus papéis de cidadania auxiliam e colaboram com os órgãos de fiscalização buscando maior transparência, repassando informações, exigem responsabilização dos agentes públicos.

As ferramentas e o modo de que esses agentes sociais utilizam são muito próximos das ações do controle social realizado pela sociedade civil. Eles buscam através das diversas instâncias e fiscalizar os programas, projetos, serviços e benefícios de políticas públicas no município.

Segundo Smulovitz e Peruzzotti, citados por Filgueiras (2011), o *accountability social* é um mecanismo de controle não eleitoral, que utiliza ferramentas institucionais e não institucionais. O accountability social envolve cidadãos, associações, movimentos ou mídia, com vistas a expor erros e falhas do governo, incluir novas questões na agenda pública ou influenciar as decisões políticas.

No entanto o *accountability social* ele não aplica sanções, punições diretas aos agentes públicos. As advertências, as recomendações e as constatações desses agentes sociais tornam-se possíveis de punição aos agentes públicos quando estes denunciam nos órgãos competentes que se trata dentre outros do Ministério Público, Tribunal de Contas.

Hoje contamos em nosso país com diversos mecanismos de *accountability* tanto vertical, horizontal e societal, que garantem a participação da sociedade civil e exige do agente público critérios para serem adotados nas Administrações Públicas. Como afirmou Arato (2002, p. 103), a “*pré-condição mais importante para que um sistema de accountability realmente funcione é a atividade dos cidadãos nos fóruns públicos democráticos e na sociedade civil*”.

Coloca-se o desafio dessas instâncias, de constituírem espaços abertos, com ampla participação, democráticos voltados prioritariamente para a construção da cidadania e ruptura com o assistencialismo e dominação política. E ainda a identificação e proposição permanente das demandas da comunidade e de segmentos, bem como garantir a fiscalização, responsabilização e o controle social sobre o governo.

Essas instâncias devem funcionar de acordo com os critérios estabelecidos, que tenha como conselheiros cidadãos comprometidos. Os conselheiros devem ter autonomia, representatividade, legitimidade e as possibilidades de controle sobre os governantes, sobre a política em si e sobre os resultados, que estes não sejam cooptados pelo poder público.

Esses espaços através dos representantes do poder público e da sociedade civil devem garantir uma transparência às ações do governo. Os conselheiros devem fazer da sua participação no conselho uma importante ferramenta de fortalecimento da gestão democrática e do *accountability*.

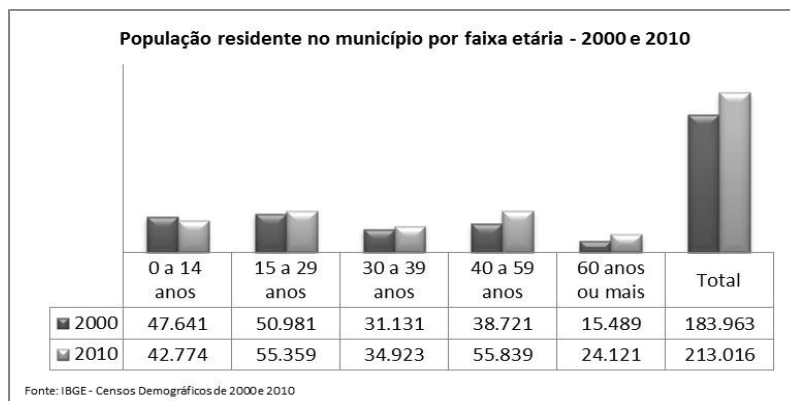
Capítulo II– A criação do Fórum dos Conselhos municipais de Divinópolis

O município de Divinópolis fica localizado na região centro-oeste de Minas Gerais, a 105 km de Belo Horizonte. Segundo dados do IBGE com uma população residente no total de 213.016 mil habitantes, com uma taxa de urbanização de 97,42%.

Quanto à estrutura demográfica tivemos uma ampliação da população idosa, que hoje representa 11,3% do total da população municipal, totalizando 24.121 mil habitantes.

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou uma redução para 20,1% da população, totalizando 42.774 habitantes. A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional, em 2010, este grupo representava 68,6% da população do município, totalizando 146.121 mil habitantes.

GRÁFICO 1: POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO POR FAIXA ETÁRIA – 2000 E 2010



Divinópolis foi fundada em 13 de janeiro de 1767, por cinquenta famílias moradoras do sertão dos rios Itapecerica e Pará, liderados pelo fazendeiro João Pimenta Ferreira, com o nome de Paragem da Itapecerica. Transformaram-se no arraial do Espírito Santo da Itapecerica, em 24 de março de 1770, quando o sertanista Manoel Fernandes Teixeira fez uma doação de terras à igreja católica, destinadas à povoação. Em 01/06/1912, emancipou-se, tornando-se município.

Hoje, Divinópolis é um município pólo da região centro-oeste, caracteriza-se principalmente pela indústria confeccionista e metalurgia/siderurgia. Ao longo das últimas décadas firmou-se como importante centro regional. Sendo que atualmente é o 12º município mais populoso do estado e o 11º com maior número de domicílios, o que reafirma como centro urbano de referência na porção oeste mineira.

O atual prefeito Vladimir de Faria Azevedo foi eleito em 2009. Em 2012 foi reeleito, com segundo mandato até 2015. A sua gestão é subdividida através das diretorias e secretarias. Têm diversos conselhos que são responsáveis pela aprovação bem como a discussão de serviços, programas, políticas e equipamentos de políticas públicas no Município.

A administração municipal tem as seguintes estruturas de secretarias; Esporte e Juventude, Cultura, Educação, Saúde, Meio Ambiente, Agronegócios, Fazenda, Governo, Procuradoria, Controladoria, Administração, Defesa Social, Desenvolvimento Econômico, Trânsito e Usinas de Projetos. Junto a Secretaria de Governo o município

tem em sua estrutura administrativa a Secretaria Adjunta de Políticas Sobre Drogas e Direitos Humanos, Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Comunitário.

Nas últimas décadas o município passou por mudanças significativas no que diz respeito à criação de espaços institucionais de articulação, discussão e deliberação nas políticas públicas municipais. Considerando as legislações pertinentes e em consonância com a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica de Divinópolis, foram incorporados os princípios da participação popular e previsto a organização dos conselhos de políticas públicas.

Na década de 90 deram início a um conjunto de tentativas de espaços participativo, através de associações comunitárias, técnicos e lideranças políticas. Nesses espaços buscavam conferirem principalmente obras e acompanhamentos para a sua região (creches, pavimentações, quadras poliesportivas, unidades de saúde, rede de esgoto e iluminação pública). Nesse período também foram criados os primeiros conselhos de políticas públicas.

Foram surgindo aos poucos alguns conselhos de políticas públicas, inicialmente aqueles que demandavam a sua criação para o recebimento de recursos financeiros. Esse trabalho conjunto do poder público e sociedade civil garantiram uma descentralização, um maior diálogo e articulação entre os atores e maior transparência nas ações.

Essa nova forma de participação chamou a atenção de técnicos, lideranças e movimentos sociais. A partir daí culminou numa crescente criação de conselhos, principalmente setoriais e na década seguinte na reestruturação dos conselhos em razão das alterações nas legislações pertinentes a cada conselho.

Apesar dos ganhos com o aumento destes conselhos, na prática, passaram a serem ferramentas criadas pelo poder público local. O poder executivo para atender uma demanda dos movimentos sociais fortaleceu e ampliou os conselhos, utilizaram das suas estruturas e de articulação para eleger conselheiros do seu grupo de apoiadores sejam eles representantes da sociedade civil ou do governo.

Nesse sentido os seus projetos e propostas eram aprovados nos conselhos, ganhava legitimidade, uma vez que o conselho que é paritário e estavam aprovando as suas decisões. Quando o executivo era derrotado e não conseguia articular de modo a eleger os conselheiros representantes da sociedade civil, as resoluções e deliberações nessas instâncias não eram implementadas pelo executivo.

No que se refere à composição dos conselhos de políticas públicas a representação governamental é feita preferencialmente por funcionários públicos que atuem nas áreas

afins ao conselho. Infelizmente, o que vemos é um número alto de funcionários comissionados nos conselhos, sem conhecimento da política específica e por responsáveis pelas áreas das políticas sociais e por outros. Em sua maioria, esses são indicados pelo chefe do Poder Executivo.

A sociedade civil é escolhida em assembléia própria. Entre as entidades prestadoras de serviço, de defesa de direitos, de assessoramento, associações comunitárias, sindicatos, associações de classe, associações e representações de usuários, igrejas. A composição de todos os conselhos é prevista em lei específica e de modo a atender as particularidades de cada contexto.

Atualmente todos os conselhos existentes no município encontram-se instalados em um único espaço, chamado de Casa dos Conselhos. Este espaço foi cedido e é mantido pelo Poder Público Municipal, apresenta boa estrutura física com condições básicas para o funcionamento dos conselhos municipais.

Com a instalação da Casa dos Conselhos e uma maior proximidade e diálogo entre os Conselhos surge à necessidade de criar um Fórum dos Conselhos Municipais de Divinópolis- Fórum CMD. Este espaço seria responsável para que articulasse e mediassem politicamente às demandas e deliberações do Conselho, surgindo assim o Fórum dos Conselhos Municipais de Divinópolis- Fórum CMD.

2.1-Histórico de criação do Fórum dos Conselhos Municipais de Divinópolis - Fórum -CMD

As primeiras tentativas de implantar Conselhos no município de Divinópolis-MG se deram na década de 80. Na década seguinte foi propostas a criação de espaços com abertura à participação de segmentos da sociedade civil a partir da Constituição de 1988. Estes espaços participativos foram adotados pelos prefeitos municipais como uma garantia da participação da sociedade civil na gestão.

A partir dos anos 90, vários conselhos foram reestruturados nessa lógica da participação e outros equipamentos foram criados e implementados no município. Passaram a fazer parte da estrutura municipal seja para o recebimento de recursos, tais como para atender as demandas dos movimentos sociais organizados.

Com a crescente experiência destes conselhos primeiramente atendendo áreas tradicionais nas políticas públicas, tais como saúde, educação, assistência social, habitação, meio-ambiente foram estendendo ao longo desses anos. Surgiram novas proposituras por parte dos movimentos sociais e atendidos pelo Executivo/Legislativo a

criação de novos espaços tais como conselhos da juventude, do idoso, dos direitos da mulher.

Em pesquisa aos documentos públicos da Câmara Municipal e da Prefeitura Municipal de Divinópolis, encontramos informações importantes referentes à criação e existência destes conselhos municipais. Apresentaremos abaixo o quadro com os conselhos criados e reestruturados segundo os mandatos dos prefeitos municipais a partir da Constituição de 1988 e suas respectivas leis de criação.

TABELA: CRIAÇÃO DOS CONSELHOS DE DIVINÓPOLIS POR MANDATO/ANO

GOVERNANTE	MANDATO	CONSELHOS CRIADOS E REESTRUTURADOS	LEI DE CRIAÇÃO	ANO	ATIVIDADE	TOTAL
GALILEU TEIXEIRA MACHADO	01/01/1989 a 31/12/1992	Criação do Conselho Municipal de Saúde	Lei Complementar nº 4 de 19 de fevereiro de 1991	1991	ATIVO	03
		Reestruturação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente	Lei nº. 3055 16 de dezembro de 1991 alteram a Lei nº. 1939 de 15 de dezembro de 1983	1991	ATIVO	
		Criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar	Lei complementar nº. 3078 de 18/02/92	1992	ATIVO	
ARISTIDES SALGADOS DOS SANTOS	01/01/1993 a 31/12/1996	Reestruturação do Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente-CODEMA	Lei Nº. 3519 de 30 de dezembro de 1993	1993	ATIVO	04
		Criação do Conselho Municipal do Bem Estar Social	Lei Complementar nº. 18/1994	1994	INATIVO	
		Criação do Conselho Municipal de Alimentação Escolar	Lei Complementar nº. 25/1995	1995	INATIVO	

		Criação do Conselho Municipal da Assistência Social	Lei Complementar nº. 28 em 1996	1996	ATIVO	
DOMINGOS SÁVIO	01/01/1997 a 31/12/2000	Criação do Conselho Municipal da Justiça	Lei Nº 4286 <i>de 15 de dezembro de 1997</i>	1997	INATIVO	07
		Criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento	Lei complementar nº. 45/1998	1998	ATIVO	
		Criação do Conselho Municipal de Turismo	Lei Complementar nº. 46/1998	1998	ATIVO	
		Reestruturação do Conselho Municipal de Conservação e Meio Ambiente	Lei Complementar nº. 47/1998	1998	ATIVO	
		Criação do Conselho Municipal de Habitação	Lei Complementar nº. 63 de 02 de junho de 2000	2000	ATIVO	
		Criação do Conselho Municipal do Idoso	Lei Complementar nº. 67	2000	ATIVO	
		Criação do Conselho Municipal da Juventude	Lei Complementar nº. 68 de 01 novembro 2000	2000	ATIVO	
GALILEU TEIXEIRA MACHADO	01/01/2001 a 31/12/2004	Criação do Conselho Municipal Dos Direitos da Mulher	Lei Complementar nº. 72 de 15 de março de 2001	2001	ATIVO	07
		Criação do Conselho Municipal de Proteção de Trânsito	Lei Complementar nº. 73 de 30 de maio de 2001	2001	ATIVO	
		Criação do Conselho Municipal da Educação	Lei Complementar nº. 75 de 24 de agosto de 2001	2001	ATIVO	

		Criação do Conselho Municipal de Emprego e Renda	Lei Complementar nº. 79 de 2001	2001	ATIVO	
		Criação do Conselho Municipal antidrogas	Lei Complementar Nº. 83 de 20 de agosto de 2002	2002	ATIVO	
		Criação do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico.	Lei Complementar nº. 82/2002	2002	ATIVO	
		Criação do Conselho Desenvolvimento Rural	Lei Complementar nº. 106/2004	2004	ATIVO	
DEMÉTRIUS ARANTES PEREIRA	01/01/2005 a 31/12/2008	Criação do Conselho e Fundo Municipal de Segurança Alimentar, Nutricional e Sustentável de Divinópolis.	Lei complementar Nº. 108 de 22 de março de 2005	2005	ATIVO	13
		Reestrutura o Conselho Municipal da Habitação	Lei Complementar Nº. 116, de 11 de janeiro de 2006 alteram os dispositivos da Lei Complementar Nº. 063, de 02 de junho de 2000.	2006	ATIVO	
		Reestrutura o Conselho Municipal da Educação	Lei Complementar Nº. 121, de 16 de março de 2006 alteram os dispositivos da Lei Complementar Nº. 076, de 27 de setembro de 2001.	2006	ATIVO	

		Reestrutura o Conselho Municipal da Juventude	Lei Complementar Nº. 124, de 14 de dezembro de 2006 dão nova redação ao art. 3º da lei complementar Nº. 68, de 1º de novembro de 2000.	2006	ATIVO	
		Reestrutura o Conselho Municipal do Idoso	Lei Complementar Nº. 127, de 13 de fevereiro de 2007.	2007	ATIVO	
		Reestrutura o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico- CMDE	Lei Complementar Nº. 129, de 23 de março de 2007 alteram dispositivos da lei complementar Nº. 075, de 24 de agosto de 2001.	2007	ATIVO	
		Reestrutura o Conselho Municipal Antidrogas	Lei Complementar Nº. 132, de 17 de abril de 2007 alteram os dispositivos da Lei Complementar Nº. 083, de 20 de agosto de 2002.	2007	ATIVO	
		Criação do Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - CMPDC	Lei Complementar Nº. 133, de 24 de abril de 2007.	2007	ATIVO	
		Criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da	Lei Complementar Nº. 134, de 08 de maio de 2007.	2007	ATIVO	

		educação - conselho do FUNDEB				
		Reestrutura o Conselho Municipal de Trânsito e Transportes em Divinópolis	Lei Complementar Nº. 136, de 05 de julho de 2007 alteram os dispositivos da Lei Complementar Nº. 73, de 30 de maio de 2001.	2007	ATIVO	
		Reestrutura o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher	Lei Complementar Nº. 137, de 05 de julho de 2007 dão nova redação ao inciso i do art. 2º, da Lei Complementar Nº119, de 14 de fevereiro de 2006, alterado pela lei complementar Nº. 122, de 31 de agosto de 2006.	2007	ATIVO	
		Reestrutura o Conselho Municipal da Saúde	Lei Complementar Nº. 138, de 17 de julho de 2007.	2007	ATIVO	
		Reestrutura o Conselho Municipal da Assistência Social	Lei Complementar Nº. 141 de 27 de setembro de 2007 alteram o inciso i do art. 11 da lei complementar Nº. 105, de 03 de fevereiro de 2005; Lei Complementar Nº. 109, DE 17 de maio de 2005 alteram os arts. 9º E 11, da Lei Complementar Nº. 105, de 03 de fevereiro de 2005.	2007	ATIVO	
VLADIMIR DE FARIA AZEVEDO	01/01/2009 a 31/12/2012	Reestrutura do Conselho Municipal de Habitação	Lei Complementar Nº. 155/2010 altera os dispositivos da Lei			

			Complementar nº. 063, de 02 de junho de 2000, posteriormente alterada pela Lei Complementar Nº. 116, de 11 de janeiro de 2006.			04
		Reestrutura do Conselho Municipal da Educação – COMED	Lei Complementar Nº. 160/2011	2011	ATIVO	
		Reestrutura o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher	Lei Complementar Nº. 162/2011	2011	ATIVO	
		Reestrutura o Conselho Municipal de Esportes e Lazer- CME	Lei Ordinária Nº. 7564/2012	2012	ATIVO	
VLADIMIR DE FARIA AZEVEDO	01/01/2013 a 31/12/2016	*Não houve criação e reestruturação de conselhos até junho/2014.	-	-		0

Durante o governo do Prefeito Municipal Domingos Sávio contava com a participação do Partido dos Trabalhadores na composição do Governo, foram criados novos espaços de discussão com grupos expressivos no município. Estes espaços contribuíram para o governo atender as demandas populares da época, pois as lideranças políticas nesse período viam nesses espaços de discussão, os conselhos, como uma grande ferramenta de construção participativa das políticas públicas municipais.

O poder executivo para atender as reivindicações destes grupos criou estas instâncias como um espaço de discussão destes setoriais, com caráter deliberativo nas suas leis de criação. Dois grupos foram destaques quanto à criação destes conselhos setoriais, que foram o Conselho Municipal da Juventude e o Conselho Municipal do Idoso.

O município contava com um movimento estudantil forte e atuante, discutindo e pautando políticas públicas municipais para esse segmento. Destacamos nesse período as discussões acerca da estadualização da Universidade Estadual, melhorias na

infraestrutura da escola técnica federal e melhorias nas condições escolares bem como nos seus entorno.

Os idosos estavam vivenciando um período de criação e expansão dos grupos de convivência da terceira idade, bem como a ampliação da discussão quanto aos seus direitos e demandas. Ainda solicitava-se do órgão gestor um instrumento de monitoramento das ações desenvolvidas para um efetivo atendimento ao idoso, garantindo o direito de participação do cidadão na definição das políticas de atenção ao idoso.

No mandato do Prefeito Demétrius Arantes Pereira fez um levantamento dos Conselhos existentes e em funcionamento no município. Foram apontados que apesar dos avanços da implementação destes espaços de controle social, surgiram alguns problemas presentes em todos os conselhos.

Os problemas apresentados em todos os conselhos a partir deste estudo foram; falta de comunicação entre os conselhos, dificuldade de rubrica orçamentária e falta de apoio organizacional e estrutural. Para atender tais demandas e criar uma proximidade destes espaços com o Poder Executivo foi criado nesse período a Casa dos Conselhos.

Com a instalação da Casa dos Conselhos situada em um local estratégico próximo da sede da Prefeitura, Câmara Municipal e Poder Judiciário. Dessa maneira poderia garantir o acesso da população aos Conselhos Setoriais e Conselho Tutelar, bem como para facilitar a articulação desses Conselhos com o Poder Público.

A instalação física desse espaço que reunia todos os conselhos, denominados Casa dos Conselhos ficou sob a responsabilidade da Administração Municipal. Foi criado um setor, cuja coordenação e estrutura administrativa mantida pela Gerência de Planejamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Após alguns meses de instalação da Casa dos Conselhos foi realizada uma reforma administrativa no governo municipal. Nessa reforma criou o cargo do Gerente de Apoio à Casa dos Conselhos, vinculado ao Gabinete do Prefeito.

Este novo cargo tinha como atribuição prioritária de ser o responsável por articular estes conselhos e iria trabalhar 40 horas semanais dentro da estrutura física da Casa dos Conselhos. Para garantir o pleno funcionamento deveria manter o diálogo permanente junto ao governo, garantir as estruturas físicas, de recursos humanos e materiais para o funcionamento dos Conselhos.

Com essa nova estrutura física e administrativa os conselhos que estavam nestes espaços foram contemplados com uma sala individual, dotada de equipamentos

mobiliários e computador. No espaço ainda contavam com salas de reuniões para capacidade de 30 pessoas e salas de reuniões para 10 pessoas, além da recepção e cozinha para os servidores. Ainda foi garantido um secretário executivo de nível médio completo, em sua maioria, ocupada por estagiários que trabalhavam 40 horas semanais. A Casa dos Conselhos garantiu uma série de informações aos cidadãos que buscavam os seus serviços, na recepção desse espaço os cidadãos tinham acesso às informações. Foram publicizadas informações através dos quadros informativos e confecção de folder dos dias e horários de reuniões ordinárias dos conselhos. Os cidadãos que tinham alguma dúvida quanto à finalidade, objetivo e demais questões referentes aos conselhos tinham o acesso a todas as secretarias executivas dos Conselhos.

A partir do funcionamento e organização de todos os conselhos na Casa dos Conselhos favoreceu a aproximação dos conselhos. Os secretários executivos e respectivos conselheiros puderam ter mais acesso a informações e dados de todos os conselhos, conhecerem a dinâmica de funcionamento e trocar informações e experiências. Com esse diálogo entre eles detectaram muitas dificuldades e demandas em comuns, bem como sobreposições de ações de vários conselhos frente a alguns casos.

A grande dificuldade dos conselhos era fazer com que as tomadas de decisões políticas do governo acontecessem a partir de um diálogo com estes conselhos. Outra demanda é garantir do Poder o repasse das informações através das prestações de contas e divulgação de informações e dados das secretarias municipais. Desse modo permitiria aos conselheiros da sociedade civil e do poder público exercer o controle público com qualidade e garantir políticas públicas descentralizadas e participativas.

Durante o primeiro mandato do governo Lula e do mandato do Prefeito Demétrius Arantes Pereira foram firmados compromissos de redução da pobreza e da ampliação da participação e interlocução com a sociedade civil. No município o que ganhou maior relevância foram a implementação do Sistema Único da Assistência Social no município de Divinópolis, a implantação do Programa Fome Zero.

Foram reconfiguradas as formas de participação e interação com a sociedade civil organizada. Em Divinópolis os conselhos foram reativados e reestruturados a partir desta lógica da participação efetiva da sociedade civil e tiveram avanços significativos quanto à participação. Possibilitaram ainda que os assuntos relacionados com os programas, projetos tivessem amplas discussões nos diversos conselhos e que alguns destes conselhos tivessem reuniões bem como resoluções aprovadas em conjunto.

Os Conselhos que tiveram essas reuniões foram: o Conselho Municipal da Assistência Social, Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes, Conselho Tutelar, Conselho Municipal do Idoso, Conselho Municipal da Juventude, Conselho Municipal da Habitação, Conselho Municipal da Mulher, Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, Conselho Municipal do Idoso e com o Conselho Municipal da Segurança Alimentar e Nutricional.

Dentre os Programas, Projetos e serviços mais debatidos nestas pautas entre os conselhos foram o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI, Programa Sentinela, Programa de Prestação Serviço a Comunidade, Programa de Liberdade Assistida, Programa Bolsa Família, Agente Jovem.

Foram ainda debatidos assuntos relacionados à criação e implementação de equipamentos tais como a implantação dos equipamentos do CRAS, Restaurante Popular, Banco de Alimentos, reestruturação das Instituições Acolhedoras de crianças e idosos, criação da Delegacia de Mulher e fortalecimento de ações da Lei Maria da Penha e violência doméstica com o programa Vida Viva.

Em 2006, alguns conselheiros ligados a estes conselhos começaram a reunir discutindo agenda comum e questões que envolviam todos estes conselhos. Nestas reuniões foram tratados assuntos no que se diz à infraestrutura, regularização das reuniões, capacitação dos conselheiros e secretários executivos, participação dos conselhos na elaboração do orçamento e a formulação das diretrizes do Plano Plurianual. Teve início a partir dessas discussões o Fórum dos Conselhos Municipais de Divinópolis- Fórum CMD.

No entanto não houve registro oficial da implantação do Fórum dos Conselhos Municipais de Divinópolis- Fórum CMD. Ele surgiu nesse período a partir de uma articulação entre os conselhos, funcionando como identidade representativa dos Conselhos. Tiveram a partir destas reuniões, um grupo responsável para fortalecer as propostas e demandas dos Conselhos, tornando um espaço de articulação e mediação política em parceria com o Gerente da Casa dos Conselhos.

O surgimento do Fórum dos Conselhos Municipais de Divinópolis- Fórum CMD deu-se num contexto no qual o município estava em processo de reforma administrativa e política. Nesse processo a Casa dos Conselhos ganhou relevância com a organização, reativação e reformulação das leis de criação dos conselhos seguindo as lógicas das leis pertinentes.

Aconteceram diversas discussões internas do Fórum dos Conselhos Municipais de Divinópolis- Fórum CMD com a Gerência da Casa dos Conselhos. Nestas reuniões do

Fórum- CMD com o Gerente da Casa dos Conselhos foram tratados e registrados nas atas do Fórum CMD pautas referentes a assuntos organizacionais e de infraestrutura, bem como de articulação política. A partir daí permitiram algumas aquisições e melhorias nas estruturas, bem como no funcionamento e articulação dos conselhos.

Com a aprovação da Lei do Estágio 11.788/2008, que entrou em vigor, introduziu uma série de inovações nas normas que regem essa modalidade de trabalhador. Dentre as mudanças nos quais o município teve que adaptar trata-se da carga horária.

A Casa dos Conselhos sofreu reflexo direto dessas alterações no quadro de recursos humanos. A maioria dos secretários executivos, dos diversos conselhos era composta por estagiários de 8 horas. O Fórum- CMD e o Gerente da Casa dos Conselhos fizeram diversas reuniões com o órgão executivo e tiveram resultados positivos. Para adequar ao quadro de servidores da Casa dos Conselhos os secretários executivos dos conselhos, que eram estagiários, foram substituídos por servidores efetivos de nível superior.

No entanto com uma nova composição dos secretários executivos, e também com as alterações nos quadros dos conselheiros e nos integrantes do Fórum CMD, foram ficando evidentes as necessidades de capacitação. A partir dos relatos registrados nas atas foram acentuando a dificuldade de compreensão e nivelamento das informações e conceitos pelos conselheiros.

Nesse sentido o Fórum dos Conselhos Municipais de Divinópolis- Fórum CMD iniciou uma série de capacitações dos conselheiros através de rodas de conversas e seminários elaborados em parceria com os servidores da Câmara Municipal. Através da Escola do Legislativo, foram discutidos e estudados temas que diz respeito ao Orçamento Público, Peças Orçamentárias, Prestação de Contas, bem como mapeamento da rede e serviços do município, seja ele no âmbito público ou privado.

Com o processo eleitoral em 2008 e a mudança de governo municipal com a indicação de novos profissionais envolvidos nos Conselhos, e como Gerente na Casa dos Conselhos, têm novamente uma série de dificuldades. Tanto os representantes da sociedade civil quanto do governo, bem como o Gerente de Apoio a Casa dos Conselhos, não tinham o nivelamento das informações e encontrava muitas dificuldades na realização de reuniões.

O Fórum dos Conselhos Municipais de Divinópolis- Fórum CMD teve as suas atividades suspensas devido à falta de quorum. Tal suspensão se deve ao fato acima mencionado, que se trata do quadro político e administrativo da Casa dos Conselhos, bem como das mudanças em cada conselho setorial.

No entanto a administração do prefeito Vladimir Azevedo começou a ter diversas solicitações dos movimentos sociais, entidades e universidades reivindicando a organização e reestruturação da Casa dos Conselhos. Assim, o prefeito Vladimir Azevedo inaugurou uma nova sede da Casa dos Conselhos e possibilitou a estrutura física e administrativa dos conselhos existentes, dando início a adequações das leis vigentes de cada conselho.

Após as adequações e reestruturação nos conselhos municipais, e de adequações administrativas da Casa dos Conselhos, tiveram início as discussões para reativação do Fórum-CMD. Em 2010 foram retomadas as discussões do Fórum dos Conselhos Municipais de Divinópolis- Fórum CMD.

Nas primeiras reuniões do Fórum-CMD tiveram como objetivo a reestruturação do mesmo e dar condições para o pleno desenvolvimento dos seus trabalhos pautados no controle social. Os conselheiros da sociedade civil e do governo, bem como o Gerente da Casa dos Conselhos apontaram a necessidade de criar instrumentos legais para normatizar o funcionamento dos Conselhos, como Lei ou Decreto.

Foram aprovadas que todas as reuniões do Fórum CMD teriam as suas pautas, discussões e deliberações registradas em atas. As deliberações, recomendações e orientações seriam construídas documentos direcionados ao órgão executivo, poder legislativo e aos conselhos de políticas setoriais. E seriam encaminhados por registros eletrônicos, tais como e-mail para a lista de conselheiros dos diversos conselhos atuantes no município, bem como para os equipamentos públicos.

O Fórum dos Conselhos Municipais de Divinópolis- Fórum CMD reúne-se ordinariamente, uma vez por mês e dado alguma relevância a ser discutido, reúne de forma extraordinária. Desde a sua instalação, já foram realizadas 36 reuniões (registradas nos livros de atas até consulta realizada em abril 2014). As pautas foram pactuadas a partir da mesa diretora do Fórum dos Conselhos Municipais de Divinópolis- Fórum CMD e a Gerência de Apoio a Casa dos Conselhos.

Durante as realizações das conferências municipais de todos os conselhos, contaram com a participação do Fórum CMD contribuindo com os debates e organizações. Após o período de realização das conferências municipais o Fórum CMD fez um levantamento das propostas prioritárias, que surgiram em mais de uma conferência, e estas serviram de instrumento de planejamento do Fórum CMD e dos Conselhos.

Foram agendadas através do Fórum CMD reuniões com todos os secretários municipais para serem pautadas as demandas e propostas aprovadas. As reuniões tiveram como

objetivo de sensibilizá-los quanto à implementação da proposta para o município. Nestas reuniões foram incorporadas e aprovadas todas as propostas listadas pelo Fórum CMD e encaminhadas para votação e apreciação do Legislativo durante a confecção e aprovação das peças orçamentárias.

O Fórum dos Conselhos Municipais de Divinópolis- Fórum CMD ganhou espaço e passou a atuar como um articulador entre os conselhos. Os conselhos por sua vez passaram a atender as demandas prioritárias da participação popular, garantindo um melhor desempenho das políticas públicas do município de Divinópolis/MG.

Na medida em que o Fórum CMD foi adquirindo a capacidade de produzir decisões, foi possível notar um maior interesse por parte do poder público. O poder público passou a garantir uma maior presença na composição, evitando os riscos de deliberação e aprovação de propostas que não estavam de acordo com as orientações do governo.

Foi criado e aprovado o regimento interno em ata da reunião ordinária do Fórum dos Conselhos Municipais de Divinópolis- Fórum CMD, realizada no dia dez de agosto de 2011. No regimento interno, que foi aprovado, estava delimitando os papéis institucionais e dando maior clareza dos princípios, objetivos e finalidades do Fórum CMD. Nesta reunião, ainda foram realizadas e votadas à primeira eleição para composição da mesa diretora, segundo os critérios estabelecidos no regimento.

Ficaram evidentes os discursos e debates acerca da necessidade de entender essa dinâmica da política local por parte dos membros do Fórum CMD. Os conselheiros do Fórum CMD discutiam assuntos relativos a atuação no sentido de favorecer o aprendizado político dos sujeitos sociais envolvidos nos processos de luta pela interferência da sociedade civil, em definições e deliberações sobre políticas públicas.

O Gerente de Apoio da Casa dos Conselhos e o Fórum dos Conselhos Municipais de Divinópolis- Fórum CMD apresentou uma proposta de capacitação em parceria com a Fundação Educacional de Divinópolis- FUNEDI. A capacitação solicitada tratava-se sobre os espaços e experiências participativas democráticas, no qual foi aprovado pelo governo municipal e realizado durante o período compreendido entre agosto e dezembro de 2012.

Teve início ao projeto “Divinópolis Participativa”, através dos professores e pesquisadores da Fundação Educacional de Divinópolis- FUNEDI. Na programação e efetivação do projeto aconteceram exposições, debates de conteúdo sobre gestão democrática, produção de documento. No decorrer do projeto ainda tiveram encontros

com os candidatos a prefeitos com compromissos a serem cumpridos, além da elaboração da agenda de trabalhos.

Nos trabalhos ainda contaram com uma construção e apresentação do plano de comunicação, a fim de que todos pudessem entender opinar e se apropriar dos instrumentos da gestão democrática. E tiveram ainda a realização de grupos de trabalho para encaminhamento das ações do projeto.

O Fórum CMD participou de todos estes debates, encontros, seminários e em suas reuniões ordinárias foram debatidos os problemas comuns dos Conselhos e apresentação de soluções. Estes materiais foram apresentados aos coordenadores do curso de capacitação, bem como para a gerência responsável pela Casa dos Conselhos e foram levantados pontos de interseção entre as políticas setoriais que podem ser alvo de políticas públicas articuladas.

O Fórum CMD possibilitou através dessas capacitações e reuniões ordinárias, bem como as reuniões pontuais com os conselhos setoriais um trabalho de planejamento estratégico. Identificou uma série de demandas e dificuldades organizacionais e de ordem política nos conselhos setoriais do município de Divinópolis, que foram encaminhadas ao Gerente da Casa dos Conselhos e ao Gestor Municipal que foi reeleito para o mandato 01/01/2013 a 31/12/2016.

No segundo mandato do Prefeito Municipal Vladimir de Faria Azevedo o Fórum CMD tiveram reuniões ordinárias mensais no primeiro ano. Fizeram discussões de projetos de Lei e participaram de audiências públicas com o legislativo. Em discussão com os secretários municipais e representantes do legislativo o Fórum CMD participou ativamente da construção do Plano Plurianual.

Em agosto de 2013 o Fórum CMD convocaram novas eleições para recomposição da mesa diretora. A eleição foi necessária considerando diversos cargos em vacância na mesa diretora e cargos de conselheiros na sua composição.

Estes cargos ficaram em aberto porque alguns conselheiros que estavam como representantes no mandato político anterior em razão das alianças e acordos firmados na eleição. E devemos considerar ainda a razão do maior esvaziamento do Fórum CMD que se trata não da crise econômica que o município estava enfrentando, e para fechar as folhas de pagamento dos servidores efetivos o gestor municipal exonerou os cargos comissionados no decorrer do primeiro ano do mandato, e assim estes foram substituídos.

O Fórum CMD tiveram debates acalorados travados nas reuniões do decorrer do ano de 2013. Alguns conselheiros relataram que o Fórum CMD deveria ter um papel mais autônomo e independente do Poder Executivo, zelar pelo controle social, garantir a paridade, participação e pela qualidade das políticas públicas no município.

Segundo os conselheiros o Fórum CMD estavam prestes a tornar uma “secretaria adjunta”, no qual dependia exclusivamente da decisão do gerente da casa dos conselhos, em todos os processos, desde a construção da pauta até os encaminhamentos aprovados na Assembleia. Os conselheiros não tinham autonomia e as reuniões atendiam apenas para aprovar ou reprovar as vontades do gestor, não zelando pelo controle social.

Outros conselheiros defendiam que para ter mais resultados, das propostas aprovadas terem uma possibilidade maior de implementação e maior força de articulação política. Existia a necessidade de uma gerência da casa dos conselhos atuante, dando suporte ao Fórum CMD, contribuindo na construção da agenda, na definição de prioridades e tomadas de decisões.

Ao participar diretamente do Fórum CMD e dos demais conselhos setoriais através da gerência da Casa dos Conselhos, o poder executivo exerce um papel de articulação e intermediação da demanda da sociedade civil e dos interesses do governo. Construindo um diálogo permanente, um processo de negociação entre esses diversos atores, muitas vezes marcado pelos acordos políticos e clientelismo.

No entanto, diante da crise econômica em que o município de Divinópolis começou a enfrentar a partir de 2013 ao longo do ano foram exonerados a maioria dos cargos comissionados. Tal decisão serviu para reduzir gastos do Poder Executivo e dar condições dele garantir o pagamento do salário dos servidores efetivos. Nesse grupo de agentes exonerados estava o Gerente da Casa dos Conselhos.

Para a Casa dos Conselhos não ficar sem este profissional, a função do gerente da casa de apoio dos conselhos foi assumida de forma interina pelo gerente de desenvolvimento comunitário da secretaria adjunta de desenvolvimento comunitário. Alguns conselheiros relatavam as dificuldades nesse período, dentre elas que o Fórum CMD passou a ser um espaço de discussão, mas sem ter condições de produzir, definir as decisões finais.

Outra dificuldade apontada trata-se de estabelecer e garantir o quorum nas reuniões ordinárias e extraordinárias do Fórum CMD. A razão principal das faltas dos conselheiros se dava em razão das faltas dos conselheiros representantes do poder público.

Os conselheiros da sociedade civil que estavam ausentes eram aqueles nos quais os seus respectivos conselhos setoriais de políticas estava necessitando de reestruturação. Alguns conselhos foram desativados, outros conselhos estavam com mandatos vencidos, não tinham uma regularização de reuniões. E ainda os seus recursos humanos, secretários executivos, em sua maioria foram transferidos para outros setores da prefeitura para substituírem agentes públicos que tinham sido exonerados.

Com o pouco envolvimento do gerente de apoio a casa dos conselhos e o seu distanciamento dos conselhos, a pauta do Fórum CMD estava voltada tanto para a organização dos conselhos, tais como as questões de articulação institucional que dificulta a deliberação das ações propostas, tais como ausência de quorum, crise financeira do município para a implementação das políticas públicas.

O Fórum CMD tiveram reuniões enfraquecidas do ponto de vista político e do ponto de vista da participação. Não estabeleceram quorum e não tiveram capacidade de produzir contribuições importantes com a política, programas e serviços do município. As reuniões do Fórum CMD foram interrompidas em janeiro de 2014.

Vários movimentos sociais, entidades e conselheiros solicitaram do governo municipal a reestruturação dos Conselhos e a reativação do Fórum CMD. A Gerência da Casa dos Conselhos em resposta as solicitações apontaram como prioridade do Governo fazer um estudo e levantamento para dar suporte para reativar os conselhos.

A Gerência ainda informou que irá verificar aqueles conselhos que estão com dificuldades de funcionamento, ou não estão em funcionamento. Após essa reestruturação serão retomados os trabalhos do Fórum CMD com a constituição de dos seus conselheiros e da mesa diretora, a partir desses novos conselheiros.

Capítulo III- Estrutura Organizativa do Fórum-CMD

O Fórum CMD trata-se de uma experiência de gestão local inovadora, embora não tenha a sua existência definida em Lei. Com a sua criação surge um novo espaço plural, que encontram e possibilitam uma arena de discussão das políticas públicas entre esses diversos atores sociais.

O Fórum CMD adquiriu legitimidade enquanto um arranjo institucional propositivo de políticas públicas para o município. Tal fato se deve, principalmente por sua dimensão de articulação com o poder público, seja ele o poder executivo ou o poder legislativo. Conforme é descrito no seu regimento interno o Fórum CMD é uma instância consultiva, formativa, autônoma e de articulação entre os representantes dos diversos

Conselhos de Políticas Públicas instituídos, conforme descreve as Leis Municipais dos respectivos Conselhos. O Fórum CMD tem caráter permanente, e de composição paritária.

O Fórum CMD tem competência para definir os princípios e as diretrizes orientadoras das Políticas Públicas Municipais de Fortalecimento dos Conselhos Municipais. O Fórum dos Conselhos Municipais de Divinópolis, entre outras atribuições, tem como objetivo difundir a democracia participativa como direito fundamental.

Os representantes do poder público e da sociedade civil dos Conselhos Setoriais que compõem o Fórum CMD são escolhidos e votados em Assembléia. A eleição acontece nos seus respectivos conselhos setoriais. Após essa eleição é encaminhados por escrito o nome dos respectivos eleitos à Secretaria Executiva do Fórum CMD, para registrarem-se os novos conselheiros integrantes do Fórum CMD.

São eleitos quatro conselheiros, respeitando a paridade, dois representantes da sociedade civil e dois representantes do poder público. Os titulares são aqueles que obtiveram o maior voto, sendo um titular da sociedade civil e um titular do Poder Público e dois respectivos suplentes.

Os representantes titulares e suplentes poderão ser substituídos a qualquer tempo pelo seu Conselho de Representação. Para que aconteça a substituição é necessário que seja realizado mediante de uma comunicação escrita dirigida para a Mesa diretora do Fórum CMD.

A representação do Fórum CMD é composta pelos seguintes membros:

- I – dois representantes titular e dois suplentes do Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
- II – dois representantes titular e dois suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social;
- III – dois representantes titular e dois suplentes do Conselho Municipal de Saúde;
- IV – dois representantes titular e dois suplentes do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
- V – dois representantes titular e dois suplentes do Conselho Municipal do Trânsito e Transportes;
- VI – dois representantes titular e dois suplentes do Conselho Municipal de Educação;
- VII – dois representantes titular e dois suplentes do Conselho Municipal de Cultura;
- VIII – dois representantes titular e dois suplentes do Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica;

IX – dois representantes titular e dois suplentes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico;

X – dois representantes titular e dois suplentes do Conselho Municipal de Juventude;

XI – dois representantes titular e dois suplentes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável;

XII - dois representantes titular e dois suplentes do Conselho Municipal Emprego e Renda;

XIII – dois representantes titular e dois suplentes do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico de Divinópolis;

XIV – dois representantes titular e dois suplentes do Conselho Municipal de Esporte e Lazer;

XV – dois representantes titular e dois suplentes do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente;

XVI – dois representantes titular e dois suplentes do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência e/ou mobilidade reduzida;

XVII – dois representantes titular e dois suplentes do Conselho Municipal da Mulher;

XVIII – dois representantes titular e dois suplentes do Conselho Municipal do Idoso;

XIX – dois representantes titular e dois suplentes do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XX – dois representantes titular e dois suplentes do Conselho Municipal Sobre Droga;

XXI – dois representantes da Gerencia de apoio aos Conselhos. (Regimento Interno Fórum- CMD. Artigo 3º. 2011).

O Fórum CMD através das suas reuniões e composição poderá contribuir para o controle social dos diversos conselhos setoriais e possibilitará o accountability. O Fórum CMD permitirá uma transparência do processo e das informações acerca das políticas públicas.

Poderá contribuir para a realização de prestação de contas, envolvendo os diversos atores dos conselhos setoriais existentes. Quanto à responsabilização dos agentes públicos e à responsividade do poder público, só é possível de acontecer quando tem um controle social sobre os governantes.

A secretaria executiva de acordo com o regimento é um profissional efetivo de nível superior com jornada de 40 horas semanais. É responsável por convocar eleições, registrar as atas, organizar todo o material informativo e de matérias a serem discutidas e deliberadas nas reuniões. A secretária executiva ainda é responsável pela comunicação

da pauta previamente a todos os representantes titulares e suplentes de três dias para as reuniões ordinárias e dois dias para as reuniões extraordinárias.

O Fórum CMD reuniu, ordinariamente, uma vez por mês, por convocação do presidente e, extraordinariamente, por convocação da Mesa Diretora. Estas reuniões eram convocadas por e-mail a todos os conselheiros e ofício a todos os conselhos. A pauta era encaminhada anteriormente para que pudessem fazer os seus estudos necessários e tinham até no mínimo dois dias úteis da data da reunião para justificar a sua ausência.

O Fórum CMD torna-se muito relevante quando articulam nesse espaço um leque de identidades, de lideranças políticas de diversos segmentos sociais. Participam dessas reuniões associações comunitárias, as entidades sem fins lucrativos com diferentes perfis (principalmente de atendimento e garantia de direitos), os sindicatos e associações de classe, as entidades patronais e os prestadores de serviços.

O Fórum CMD, por seu caráter paritário, assegura através da sua composição a presença de diversos atores sociais representantes do movimento estudantil, do movimento gay, de ambientalistas, do movimento negro. Nessa composição do Fórum CMD é garantida a participação dos usuários. Eles são representantes de segmentos de pessoas com deficiência, de idosos e de usuários das políticas públicas de saúde, educação e assistência social.

No Fórum CMD têm a participação de pesquisadores de universidades, institutos de pesquisa. Estabelece ainda os representantes do Poder Público sejam eles do poder legislativo, da Polícia Militar e os representantes do poder executivo. Foram estabelecidos dois representantes da Gerência da Casa dos Conselhos. Esta representatividade e autonomia é um tema muito discutido durante as reuniões do Fórum CMD.

Alguns conselheiros relatam as dificuldades e inseguranças quanto a essa proximidade e interferência do Executivo através da Gerência da Casa dos Conselhos. Quanto à insegurança se trata da forma de que as decisões são tomadas nas reuniões ordinárias e extraordinárias do Fórum CMD. Em alguns casos, segundo registro, estas não expressem, de fato, os interesses sociais existentes.

As decisões tendem a atender aos interesses do governo, e em diversos momentos o Fórum CMD mostra a sua fragilidade e pouca autonomia. Ficam evidentes estes pontos que seriam determinantes para estabelecer o accountability, na busca pela transparência das informações e que sofrem interferência direta do Poder Executivo.

O Fórum CMD por constituir um espaço consultivo e não deliberativo tornou um espaço de amplo debate e diálogo com os movimentos sociais. O Poder Executivo, através da Gerência da Casa dos Conselhos é a responsável pela construção da pauta.

Têm vários relatos de solicitações de pautas que foram indeferidas, justificando aos solicitantes que em momento posterior seria matéria discutida, no entanto na aconteceram em outros momentos essa discussão.

Como a pauta era construída pelo gerente da casa de apoio aos conselhos, possibilitava a relação política do poder executivo com o poder legislativo. O poder executivo encaminhava projetos de interesse do governo, após esse projeto ter sido discutido nas pautas do Fórum CMD, no qual o poder executivo analisava as recomendações ao encaminhar ao legislativo.

O Poder Executivo, através da Gerência da Casa dos Conselhos utiliza de muita articulação durante as reuniões ordinárias e extraordinárias do Fórum CMD. Tanto é utilizado para estabelecer quorum e aprovar ou reprovar as matérias discutidas. Ao final, para justificarem a sua decisão, mesmo que seja antipopular ou para atender aos interesses dos grupos dominantes da cidade, esclarece que foi uma decisão tomada em um Fórum paritário, com ampla discussão.

Os representantes da sociedade civil no Fórum-CMD, em sua maioria têm algum tipo de vínculo associativo. Seja estes de filiação ou de associação a alguma organização social. Estes, além de estarem associados participam da diretoria ou trabalham nessas entidades. Têm uma participação efetiva nas atividades e ações sociopolíticas e de cidadania do município.

Os representantes de usuários estão parcialmente envolvidos politicamente no município e engajados nas atividades e ações políticas. Em alguns casos têm conselheiros que nunca participaram de nenhum conselho em anos anteriores e nunca participaram de outras atividades, espaços e instâncias no município, apresentando desconhecimento do papel e atribuição de conselheiro.

Os conselheiros do Poder Público têm a sua maioria de representantes no Fórum CMD, de cargos comissionados. Alguns destes conselheiros têm pouca ou nenhuma experiência em instâncias de participação e conselhos. No município tem um número considerável de especialistas, técnicos e servidores efetivos atuantes nos diversos Conselhos, com experiência acumulada, no entanto alguns estão afastados e ausentes.

Nos registros do Fórum CMD é apontada pelos conselheiros a dificuldade de lidarem com as novas articulações políticas e com os processos eleitorais. O município a cada

processo eleitoral tem novos arranjos eleitorais e modificam toda a estrutura e rotina dos conselhos e, por sua vez, do Fórum CMD. São indicados novos conselheiros, tanto representantes da sociedade civil e na maioria, de representantes do poder público, gerando um recomeço constante.

Nesses casos são indicados e eleitos alguns conselheiros sem nenhuma formação, experiência ou conhecimento na política pública em discussão. Estes conselheiros não têm conhecimento acerca do papel e atribuições do conselho, do Fórum CMD e do conselheiro.

A fim de possibilitar um maior envolvimento e comprometimento com as políticas públicas o Fórum CMD e os conselheiros iniciaram diversas tentativas para resolver essa demanda. Para garantir uma continuidade das ações e uma participação qualificada nessas instâncias de controle social, recomendaram aos candidatos eleitorais do poder executivo e ao gestor do município a priorização na indicação de técnicos efetivos para a composição dos Conselhos.

Os conselheiros que representam à sociedade civil de uma maneira ampla apresentam três casos: representantes de usuários – representantes de trabalhadores e representantes de entidades. Os representantes de usuários no Fórum dos Conselhos Municipais de Divinópolis são representantes de pais, da política de assistência social, da política de saúde, da política de educação, ou representante de setoriais tais como juventude, mulheres, grupos da terceira idade, pessoas com deficiência.

Analisando as atas verificamos uma pouca participação dos usuários nas reuniões do Fórum CMD. Ficam deslocados nas reuniões, têm poucas citações de falas, propostas dos usuários nos debates das matérias apresentadas nas pautas. Raramente são mencionados algum comentário ou exposição dos usuários quanto aos debates travados nas reuniões.

Em sua maioria é os últimos a manifestarem os votos, aguardando as discussões serem iniciadas na assembléia para verificar o rumo dos debates. Em alguns casos tomam as suas decisões a partir do nível de afinidade e confiança com alguns conselheiros, sejam eles da sociedade civil ou do poder público.

O Fórum CMD realizou grupos de trabalho no decorrer das atividades para identificar as principais dificuldades que os usuários destacavam quanto a sua participação enquanto conselheiro. Diversas situações foram apontadas pelos usuários como dificultadores, desde a questão da afinidade até a questão do desconhecimento técnico.

A principal demanda dos usuários se trata da dificuldade de compreensão acerca da linguagem utilizada durante as reuniões. Foram apontadas pelos usuários que se trata de uma linguagem extremamente técnica por parte dos conselheiros, com uso de muitas siglas e abreviações.

Outra dificuldade dos representantes dos usuários exercerem a função considerando que os mesmos não foram capacitados e qualificados com estas discussões técnicas. Eles têm as suas contribuições do senso comum e do cotidiano e em vários momentos são ignorados estes conhecimentos nas discussões dos conselhos e do Fórum CMD. Outro destaque diz ao entendimento e desconhecimento, por parte dos usuários, do que é o papel e atribuições do conselho e do conselheiro.

Os representantes de trabalhadores- são representantes de sindicatos, federações, associações de classes ou núcleos de classes. Tem voz ativa no Fórum CMD, opinam na maioria das pautas e aparece nas menções dos votos contrários ou de abstenções. Ressaltamos que este grupo tem poucas menções em propostas aprovadas das quais sugerem ao plenário.

Os representantes das entidades - são eles representantes de entidades sem fins econômicos e em sua maioria recebem recursos de convênios do poder público municipal e de clubes de classes. Tem grande participação, relatam muito as dificuldades financeiras e organizativas das entidades, a sua preocupação em atender os usuários e implementar a política na ponta. Participam há mais tempo dos conselhos setoriais e na maioria votam de acordo com as propostas de pauta.

Estes conselheiros são na maioria trabalhadores ou técnicos contratados por estas entidades. Em alguns casos, têm alguns conselheiros representantes de entidades que são filiados ou associados são dirigentes de alguma entidade.

A maioria das entidades que têm cadeira nos conselhos setoriais e no Fórum CMD recebe recursos públicos para a execução de programas governamentais ou possui convênios com o município. Esse convênio é firmado visando o custeamento de alguns bens, valores ou benefícios. Em razão destes convênios, cria uma proximidade com o executivo, e em alguns casos, votam segundo os interesses do poder público, o que dificulta a paridade.

Os conselheiros da sociedade civil têm uma parte que são os ditos “cabos eleitorais”. Sempre estes conselheiros nas reuniões dos conselhos e do Fórum CMD estão destacando ou fazendo menção a determinado deputado, vereador ou pré-candidato.

Este candidato ou agente público mencionado, na maioria está vinculado ou é mantenedor da entidade.

Ainda tratando da questão dos conselheiros, representantes da sociedade civil, tem conselheiros que utilizam estas instâncias como oportunidade eleitoral. São cidadãos que nas últimas eleições municipais candidataram, no entanto não conseguiriam os votos suficientes ou a legenda não permitiu serem eleitos e estes têm pretensão de candidatarem nas próximas eleições. Em razão disso, em diversas reuniões, estes conselheiros estão mencionando o seu potencial de votos, reafirmando a sua liderança.

Durante as reuniões ordinárias e extraordinárias eram avaliados o quorum com a presença de metade mais um. Na medida em que alguns conselhos foram desativando e ou não conseguiam mandar seus representantes eram substituídos.

Se o conselheiro faltar em três reuniões consecutivas sem justificativa por escrito, ou cinco intercaladas os conselhos recebiam por escrito a notificação de ausência e em alguns casos quando não tinham manifestação do conselho ou não mandavam novos representantes, estes conselhos foram sendo “desligados” do Fórum. Para efeito de quorum nas reuniões eram considerados e contabilizados somente os conselhos ativos.

As reuniões do Fórum CMD obedeciam a procedimentos em todas as reuniões e possíveis de verificações nas atas. O Presidente do Fórum CMD verificava o “quorum” para o início das deliberações da reunião. Após fazia a qualificação e habilitação dos Conselheiros para votar.

A partir deste levantamento era lida e aprovada a ata da reunião anterior, caso tivesse alguma alteração era corrigida ou acrescentada na hora da leitura. Em seguida a mesa diretora apresentava as justificativas de ausência e aprovação da pauta da reunião; informes da Mesa Diretora e dos Representantes; relatos das Comissões Temáticas, apresentação, discussão e votação de matérias constantes em pauta; breves comunicados e encerramento.

Em todas as reuniões foi lavrada ata, pelo Secretário Executivo, com exposição sucinta dos trabalhos, conclusões e deliberações, constando a relação dos participantes seguida do nome de cada membro com a menção da titularidade (titular ou suplente) e do Conselho que representa. Ainda consta na ata o resumo de cada informe, onde consta de forma sucinta o nome do representante e o assunto ou sugestão apresentada; a relação dos temas abordados, com indicação do responsável pela apresentação.

Nas atas também são observadas as deliberações, inclusive quanto à aprovação da ata da reunião anterior e aos temas a serem incluídos na pauta da reunião seguinte. Nestas

constam os votos com o registro do número de votos contra, a favor e abstenções. Interessante destacar que a votação é nominal quando solicitada. Ainda consta a inclusão de algumas observações quando expressamente solicitada por representantes.

Junto à ata consta a lista de presença dos participantes consideram-se colaboradores do Fórum dos Conselhos Municipais as instituições e organizações governamentais ou da sociedade civil, da Administração Pública ou privadas prestadoras de serviços aos usuários das Políticas Públicas, bem como os consultores e demais convidados.

Todos os representantes não recebem qualquer remuneração por sua participação no Fórum dos Conselhos e seus serviços prestados são considerados, para todos os efeitos, como de interesse público e relevante valor social. À Mesa Diretora, composta pelo Presidente, vice-presidente, primeiro e segundo Secretários são eleitas em reunião do Fórum.

As eleições para a composição da Mesa Diretora acontecem num processo de eleição de dois em dois anos. São eleitos pela maioria simples de votos em reunião, com pauta especificamente programada. Dentro do princípio da igualdade de oportunidade, adota-se o posicionamento de alternância da Mesa Diretora, entre representantes dos vários Conselhos e segmento representativo. Em caso de vacância e/ou impedimento de componente, faz um novo processo de escolha para preenchimento do cargo.

Durante as reuniões do Fórum CMD foram levantadas discussões acerca das dificuldades dos conselhos no município, e os conselheiros mostram-se preocupados com os conselhos setoriais. Alguns mencionaram que os conselhos não estão conseguindo produzir impacto nas políticas sociais. Outros conselheiros questionaram o não repasse das informações por parte das secretarias municipais, não oferecendo condições de deliberar e participar de modo atuante na gestão das secretarias municipais.

Nesses levantamentos dos conselhos setoriais e do Fórum CMD, os mecanismos mencionados nas atas que são utilizados por essas instâncias foram levantados os principais mecanismos de divulgação das informações, visando o controle social e accountability. Trata-se da publicação no Diário Oficial, repasse das informações pelos órgãos municipais, audiências públicas e reuniões descentralizadas.

O Fórum CMD em todas as reuniões difundia a proposta de envolver um numero maior de pessoas nas reuniões e exigir maior transparência nas informações. Apesar de várias tentativas não foram desenvolvidos os sites para divulgação das informações. Ficaram as ações do Fórum CMD centradas nas capacitações aos conselheiros e oficinas promovidas.

Quanto à publicação das deliberações e resoluções a maioria dos conselhos setoriais do município de Divinópolis publica as suas deliberações e reuniões no Diário Oficial dos Municípios. Apesar de não terem as suas decisões homologadas pelo prefeito, são publicizadas. O Fórum CMD não tem publicação no Diário Oficial dos Municípios, tem apenas os registros no livro de atas.

Outra demanda apresentada se trata das rotinas de prestação de contas dos dirigentes municipais no âmbito das reuniões dos Conselhos e do Fórum CMD. Estas reuniões são realizadas com pouca participação dos conselheiros, da sociedade civil bem como demais convidados. São apresentadas numa linguagem contábil muito técnica, de modo a dificultar a compreensão e entendimento das informações pelas pessoas presentes, interferindo no resultado das discussões e aprovações.

As realizações de audiências públicas propostas em parceria com o Fórum CMD abertas à comunidade geralmente tem pouca participação. Mesmo diante da necessidade de discussão e da relevância do assunto, isso se deve a uma série de fatores, dentre eles, horário da audiência pública, forma de divulgação, linguagem técnica utilizada na audiência. Devemos ainda considerar o desconhecimento da comunidade e a morosidade do Poder Público em repassar os resultados da Audiência Pública.

Nos assuntos de maior polêmica e relevância junto à comunidade tem pouca participação e representatividade. Isso se deve a uma série de fatores como alguns mencionados acima, principalmente no que se diz aos horários incompatíveis a exemplo as audiências públicas nos dias úteis em horários, geralmente horários comerciais a exemplo, às 14 horas. Nesse horário a maioria da população e alguns conselheiros estão trabalhando e prejudica as discussões e interfere nos resultados.

Poucos foram os relatos e registros das reuniões descentralizadas nas comunidades. Estas reuniões estão ganhando maior interesse por parte dos conselheiros. Percebemos ainda que, apesar de os mesmos relatarem uma dificuldade de ter quorum nas reuniões e a dificuldade de lidar com a ausência de informações por parte do Poder Público.

Em muitas situações os conselheiros do Fórum CMD que participaram dessas reuniões descentralizadas relataram a dificuldades de responder aos questionamentos da comunidade. Tiveram perguntas da comunidade nos quais o Fórum CMD não soube responder e não tinha nas reuniões nenhum representante do poder público que pudesse esclarecer.

Esta ausência do conselheiro do poder público ocorre principalmente em reuniões que acontecem em horário após expediente normal de trabalho dos representantes do Poder

Público. Isso fica evidente a fragilidade dos Conselhos e do Fórum CMD no sentido da dificuldade de obter informações, e de deslocar os conselheiros para a realização de reuniões descentralizadas.

Nesta perspectiva, ainda, é evidente a inexistência de uma agenda política ou de uma metodologia que garanta o fluxo regular de informações. O planejamento prévio da pauta de discussão e os mecanismos de divulgação das decisões, colocando em risco e diminuindo as possibilidades de informação e participação da sociedade civil seja ela conselheira ou convidada. Atentando para garantir uma instância autônoma e independente.

É necessário que as reuniões do Fórum CMD tenham paridade e autonomia nas decisões. Não é possível o Fórum CMD apresentar como uma extensão das secretarias municipais ou do gabinete do gestor. O órgão gestor interfere diretamente no Fórum CMD, alguns conselheiros relataram essa dificuldade.

Quando as pautas eram de interesse do gestor, a convocação era lembrada até por mensagens de texto no celular. Segundo alguns conselheiros relataram em reuniões do Fórum CMD criticando a atuação do órgão gestor, que em alguns casos encaminhou mensagem de texto impedindo a participação dos conselheiros nas reuniões para não estabelecer quorum.

Ou seja, o Fórum CMD, como canal de mediação entre o governo e a sociedade não podem sofrer essas interferências. As tomadas de decisão devem ser descentralizadas, discutidas e aprovadas, ainda que não represente a vontade e interesse do órgão gestor.

Quanto às reuniões do Fórum por haver muito conselheiro e estes terem interesses muito distintos tornava as reuniões com debates muito calorosos. E apesar do intenso debate, os conselheiros tinham um posicionamento final muito homogêneo. A maioria das pautas no Fórum CMD eram aprovadas e levadas para apreciação também nos respectivos Conselhos Setoriais.

É interessante observar que houve um grande número de justificativas de conselheiros que foram desligados e tiveram outros conselheiros que foram substituídos. Relatam casos de conselheiros foram exonerados ou saíram da condição de sociedade civil porque assumiram cargos comissionados no Poder Público. As entidades, que tinham uma maior discussão nas plenárias, foram contempladas com celebrações de convênios públicos ou parcerias a serem executadas com recursos públicos.

Durante as reuniões do Fórum CMD, os representantes da sociedade civil trocam poucas ou nenhuma discussão entre os conselheiros da sociedade civil. Não discutem também em suas entidades, nos quais representam.

Os conselheiros do Fórum CMD, representantes da sociedade civil, sejam eles trabalhadores ou usuários, estes não consultam ou articulam com os seus representantes frente a alguma matéria de relevância. Os conselheiros da sociedade civil, trabalhadores, usuários e entidades não se articulam entre si.

Mesmo diante da interferência direta do Poder Executivo na criação do Fórum CMD é bastante evidente a importância e a legitimação que esses canais vão adquirindo na gestão das políticas no plano local. Permite fazer uma nova dinâmica da política e possibilita uma maior intervenção, mesmo que muito “tímida” quanto aos assuntos e discussões a serem feitas no tocante as políticas públicas e prestação de contas. Permite constatar uma grande diversidade de segmentos sociais na do Fórum CMD.

Através das reuniões e diversidade de representação no Fórum CMD, o poder público têm a possibilidade de conhecer a realidade e experiências destes atores da sociedade. Permite identificar a realidade das comunidades, bem como as suas demandas e desenvolvimentos das políticas públicas na ponta sejam através do trabalho das entidades, ou seja, por ser um representante dos usuários dessas políticas.

Os resultados e recomendações obtidos nas reuniões do Fórum CMD contribuíram na construção das políticas públicas no município. Demonstrou a sua força política tanto na sua consolidação dentro do aparelho estatal do município, seja no poder executivo ou no poder legislativo. Apresentou ainda a sua capacidade de propor e contribuir com programas, ações e projetos analisados pelos diversos conselhos setoriais na diversidade de sua representação.

Apesar de estar enfraquecido neste último ano, o Fórum CMD não desempenhou o controle social e accountability. Vários motivos já foram apontados, tais como o a falta de nivelamento das informações, a interferência do Poder Executivo a falta de divulgação e transparência das informações. O Fórum CMD não tem uma agenda política construída para a gestão das políticas públicas no município a curto, médio e longo prazo. Não foi registrada nenhuma reunião no primeiro semestre de 2014.

Considerações Finais

A Constituição Federativa do Brasil, de 1988, proporcionou aos brasileiros um regime político plural, democrático e descentralizado. Reconheceu os municípios como entes

federados, nesse processo fizeram com que os municípios tivessem uma abertura e ganhasse novos atores sociais. Possibilitou ainda a criação de novos espaços, tais como os conselhos, lugares privilegiados para o exercício da gestão democrática.

Os conselhos são espaços de composição paritária, distribuída entre sociedade civil e governo. Criados por lei, de caráter obrigatório vinculado aos repasses de recursos federais, com atribuições consultivas, de controle ou deliberativas.

Os conselhos municipais, portanto conferem um papel significativo para superar ou contornar as deficiências do sistema democrático representativo, desde que tenha uma atuação efetiva de controle sobre as políticas públicas. Os Conselhos são espaços articuladores e mediadores entre as instâncias governamentais e a sociedade civil para atender as demandas de políticas públicas no município, por meio da gestão democrática das políticas públicas.

Contudo é possível registrar a existência de Conselhos no município de Divinópolis-MG que foram criados, já funcionaram, e que no momento não estão funcionando. Outros conselhos que possuem lei de criação, mas não foram implantados e muitos que funcionam de forma precária, muitas vezes não alcançando ações que materializem a gestão democrática no município.

No caso desse trabalho analisamos o desempenho do Fórum dos Conselhos Municipais de Divinópolis. Foram utilizados os conceitos de accountability vertical, accountability horizontal, accountability societal. Na tentativa de propor reflexões e compreender a relação desses conceitos que têm sido utilizados para avaliar a qualidade da democracia, a participação popular e o desempenho dos Conselhos de Políticas Públicas.

Foi fundamental a articulação dos poderes públicos com os conselheiros da sociedade civil, seja ele representante de usuários, trabalhadores, entidades e comunidade. Com isso foi possível para dar maior credibilidade ao mesmo para que juntos fosse elaborado um planejamento estratégico.

Este planejamento também consiste num plano de capacitação continuada, a fim de que os conselheiros saibam de suas atribuições, quando e como realizá-las. O Fórum CMD quando realizou estas capacitações tiveram grandes alcances com propostas implementadas, projetos aprovados e maior envolvimento com o Poder Executivo e Legislativo.

No entanto, apesar dos avanços e cumprimento de exigências estabelecidas tais como prestação de contas, não foram suficientes para garantir um bom desempenho e propiciar o accountability. Os agentes públicos utilizaram de artifícios e articulações

para a aprovação de recursos, divulgação dos dados e informações referentes aos programas, projetos e serviços. Além de que não garantiu a paridade em todas as votações e discussões.

O Poder Executivo utilizou estratégias para garantir que o Fórum CMD tivesse conselheiros com afinidade aos projetos do gestor municipal. Isto fica evidente na maneira como articulou em todos os processos do Fórum CMD, bem como as intervenções realizadas durante as reuniões. Foi apontada a “contratação de cargos” para conselheiros, que são representantes da sociedade civil e passam a ser incorporadas na administração pública com cargos de confiança comissionados.

Outro relato importante trata-se do questionamento quanto ao aumento de planos de trabalhos aprovados e a celebração de convênios pelas entidades participantes do Fórum CMD junto ao Poder Executivo. O gasto excessivo do governo municipal com publicidade e propaganda. A parceria com a mídia local para divulgação de informações segundo os interesses do órgão gestor.

Analisando a composição do Fórum CMD, vale ressaltar que o aumento quantitativo no quadro de conselheiros ou no número de conselhos não garante uma maior atuação da sociedade civil. A quantidade de diferentes atores sociais tanto propicia uma riqueza no debate.

No entanto em municípios do interior, marcados pelo clientelismo e dominação política o Fórum CMD torna-se uma experiência pioneira de gestão local. Analisando a composição do Fórum CMD percebe-se que a quantidade de diferentes atores sociais propicia uma riqueza no debate. E essa diversidade exercendo o controle social faz com que desperte a atenção do Poder Executivo. Este por sua vez utiliza o seu poder e articulação para atender as decisões e recomendações segundo os seus interesses.

Os Conselheiros, no exercício do controle social, sejam nos seus respectivos Conselhos, seja no Fórum dos Conselhos, não podem “deixarem” serem cooptados ou manipulados pelos Poder Público. Devem denunciar as irregularidades encontradas as diferentes instâncias do poder público e não devem temer sanções nem punições por esse posicionamento.

Estas denúncias quando tratarem de informações verídicas coloca o agente público possível de sanções se formalizadas as instâncias de accountability. Estas instâncias são a Controladoria Geral da União, o Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal. Também fazem parte os Tribunais de Contas do Município, do Estado e da

União, às Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas e demais Conselhos Municipais.

O desempenho do Fórum dos Conselhos Municipais de Divinópolis dependerá essencialmente pelo envolvimento e capacidade de exercer o controle social pelos conselheiros, representantes do Poder Público e da Sociedade civil. Para garantir esse controle social faz necessário um planejamento com diversas ações e medidas a serem tomadas.

Capacitação e nivelamento de informações com estes conselheiros e cidadãos para que possam ter uma efetiva participação na gestão. Transparência e fiscalização do orçamento público, bem como monitoramento permanente das ações governamentais, exigindo o uso adequado dos recursos arrecadados. Propor o diálogo em torno da democratização da gestão pública.

Com certeza a prática de alguns destes itens irá minimizar as dificuldades no funcionamento e desempenho do Fórum dos Conselhos Municipais de Divinópolis. Garantirá mais autonomia dos conselheiros e participação da sociedade civil nas reuniões do Fórum CMD. E promoverão o senso de participação, controle social e corresponsabilidades garantidas pelo accountability.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANASTASIA, Fátima; INÁCIO, Magna. **Democracia, Poder Legislativo, Interesses e Capacidades***. Cadernos ASLEGIS, 40. mai/ago 2010, p.33-54. ISSN 1677-9010

“A democracia na América Latina: rumo a uma democracia de cidadãos / preparado pelo PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento”; tradução Mônica Hirta. Santana do Parnaíba, SP: LM&X, 2004. Acessos em: <http://www.pnud.org.br/publicacoes/democracia/index.php>.

ANASTASIA, Fátima. ; NUNES, F.. **A Reforma da Representação**. In:

ANASTASIA, Fátima. **“Federação e Relações Intergovernamentais.”** In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. (Org.). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. 1 ed. Rio de Janeiro : São Paulo: Fundação Konrad Adenauer e Fundação Editora da UNESP, 2004.

ARATO, Andrew. **Representação, Soberania Popular e Accountability**. Lua Nova, Nº 55, 2000.

AVRITZER, Leonardo. **“Conferências Nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil.”** Texto para discussão. Brasília: Ipea, 2012. Disponível em: http://www.consocial.cgu.gov.br/uploads/biblioteca_arquivos/274/arquivo_f4176c9563.pdf

AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima. (Org.). **Reforma Política no Brasil**. 1 ed. Brasília / Belo Horizonte: PNUD / Editora UFMG, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

CORTES, Soraya Vargas; GUGLIANO, Alfredo. Entre neocorporativistas e deliberativos: uma interpretação sobre os paradigmas de análise dos fóruns participativos no Brasil. In Sociologias, Porto Alegre, ano 12, n. 24, p. 44-75, mai-ago 2010.

FARIA, Cláudia Feres. **“Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman”**.

Lua Nova, São Paulo, v 49: 47 -68, 2000. DADOS-Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 50, nº 3, 2007, pp. 443 a 464.

FARIA, Claudia Feres e RIBEIRO, Uriella Coelho. **“Entre o real e o legal:**

O que dizem as variáveis institucionais sobre os Conselhos Municipais de Políticas Públicas?”In: Avritzer, Leonardo (org).A dinâmica da participação local no Brasil.São Paulo: Cortez, 2010. p.57-92.

FIGUEIREDO, Argelina & LIMONGI, Fernando. **“Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional.”** Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1999.

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 - Presidência da República

LÜCHMANN Lígia Helena Hahn. **“A representação no interior das experiências de participação”**. Lua Nova, São Paulo, v 70: 139-170, 2007.

MANIN, Bernard (1995). **"Metamorfoses do Governo Representativo"**. RBCS, nº 29

MELO, Carlos Ranulfo & SÁEZ, Manuel A. (Orgs.).**“A Democracia Brasileira: Balanço e perspectivas para o Século 21.”** Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2007.
MIGUEL, Luis Felipe. **“Representação política em 3-D: Elementos para uma teoria ampliada da representação política”**. RBCS, São Paulo, v 18 nº. 51: 123-193,2003.

O'DONNELL, Guillermo. **Accountability horizontal e Novas Poliarquias**. Lua Nova, Nº 44, 1998.

In:OLIVEIRA, J. (ORG.) Série Legislação Brasileira. São Paulo: Saraiva 1989.

“Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação”. DADOS-Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 50, nº 3, 2007, pp. 443 a 464. Disponível em <http://www.scielo.br>.

PERRUZOTTI, Enrique. **A política de Accountability Social na América Latina**.In. Sociedade Civil e participação/ Enrique Perruzotti, Marcio Simeone, Miguel Arroio. Belo Horizonte: UFMG, 2009. PINSKY Carla Bassanezi (orgs.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto,2003.

PRZEWORSKI, A. **O Estado e o Cidadão**. Mimeo, 2000.

RIBEIRO, Renato Jorge Browm. **Possibilidades de combate à corrupção pelo Estadoburocrático/patrimonialista na América Latina no contexto do cenário de sociedade informacional**. Nov. 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa.**“Para ampliar o cânone democrático.”** Disponível em www.eurozine.com.

SINGER, A. 2010. **“A Segunda Alma do Partido dos Trabalhadores”**, Novos Estudos, nº 88.

SARTORI, G. **“A teoria da Democracia como processo decisório.”** In:SARTORI, G. A teoria da democracia revisitada. Vol 1: O debate Contemporâneo;DAHL, Robert. Um prefácio à teoria democrática. RJ, Zahar, 1989.

SMULOVITZ, Catarina e PERUZZOTTI, Henrique. **Accountability Societal: outra forma de controle**. Mimeo, 2000.

<https://www.leismunicipais.com.br/a/mg/d/divinopolis> ;

Livros de atas dos Conselhos Municipais de Divinópolis;

Livro de atas Fórum dos Conselhos Municipais de Divinópolis;

<https://camaradiv.mg.gov.br>;

<https://divinopolis.mg.gov.br> ;

Regimento Interno do Fórum dos Conselhos Municipais de Divinópolis;

ANEXOS

Anexo I

**Encontro dos Conselhos de Políticas Públicas -
Resultados dos Grupos de Trabalho*****Problemas levantados*****• Questões relativas à falta de qualificação dos Conselheiros:**

- Precisam estudar mais, ler a pauta antes para se prepararem;
- Desconhecem sobre o papel do Conselho e sua relevância;
- Pessoas entram para os Conselhos para se promoverem;
- Não participação nas reuniões: instituições não valorizam a presença, enviam pessoas pouco comprometidas;
- O não retorno para os representados sobre as decisões tomadas;
- O não acompanhamento das políticas públicas e das decisões tomadas;
- Expectativas de resultados imediatos.

• Questões relativas aos Conselhos e ao Fórum:

- Desconhecimento por parte da sociedade sobre o que são Conselhos, Conselheiros e as sua importância;
- Há pouco diálogo entre os Conselhos, falta interlocução entre frentes de debate das diversas áreas e falta de trabalho em equipe;
- Avançar no diálogo com o Executivo e o Legislativo;
- Falta de infraestrutura adequada e falta de pessoal de apoio.

Soluções apresentadas**• Para as questões relativas à falta de qualificação dos Conselheiros:**

- Formação continuada para os Conselheiros: verba específica para capacitação;
- Entendimento pelos Conselheiros que deve haver horizontalidade nos Conselhos e na relação com o governo;
- Exigência da presença de todos nas reuniões ordinárias.

• Para as questões relativas aos Conselhos e ao Fórum:

- Todos os Conselhos devem ser deliberativos, propositivos;
- Esclarecer e divulgar sobre a existência e organização do Fórum dos Conselhos para fortalecimento dos Conselhos;
- Efetivar a participação dos Conselhos no Fórum;
- Oferecimento de infra-estrutura adequada e adaptada para o funcionamento dos Conselhos;
- Revisão do Regimento Interno: adequação. Ex.: incluir representação do segmento legislativo nos Conselhos;
- Ações dos Conselhos: acompanhar, avaliar e garantir que sejam somados esforços na elaboração das políticas, concebidas de forma integrada.
- Ampliação do número de entidades envolvidas;
- Objetividade das reuniões e aprimoramento das formas de comunicação dentro e fora dos Conselhos.
- Interlocução sistematizada entre os vários Conselhos;

- Presidente deve ter mais poder político ou ter mais trânsito junto ao Poder Executivo – facilidade de acesso;
- Agenda de reuniões trimestral para o Fórum-estabelecimento e aplicação de calendário/agenda monitorada de ações.

Pontos de interseção

- Efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes (educação, saúde, esporte, lazer, assistência social etc);
- Trabalho integrado entre os 3 poderes e dos setores de um mesmo poder;
- Combate à sobreposição de ações.

Propostas para fortalecimento do Fórum dos Conselhos

- Cursos de formação/qualificação para os Conselheiros;
- Criação de meios de comunicação para divulgação e interação. Ex. Site do Fórum dos Conselhos e grupo online para Conselhos se comunicarem em tempo real;
- Uso dos meios de comunicação disponíveis para divulgação das ações do Fórum;
- Coordenação técnica comum a todos os Conselhos para ser o elo. Pessoa selecionada mediante edital com perfil pré-definido (pró-ativa, estudiosa, com comprovada experiência e conhecimento);
- Seminários interativos semestrais.
- Monitoramento e avaliação constante da implantação das políticas públicas definidas. Qualificar a figura do Secretário Executivo.
- As representações das secretarias de governo estão despreparadas e não têm autonomia, sem poder para mediar as discussões com o poder Executivo - “A representação que vem de lá para cá, ela não está tão qualificada quanto nós precisaríamos para a efetivação das políticas”.
- Inexiste um planejamento de comunicação – “Ficamos muito no campo da boa vontade”.
- Há uma deficiência no conhecimento das políticas de cada setor.
- O conhecimento dos Conselheiros sobre o regimento é muito importante.
- Programação e realização de reuniões descentralizadas.
- Entendimento sobre o Planejamento da cidade e seu funcionamento.
- Aprofundar conhecimento sobre LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e PPA (Plano Plurianual) – alinhar com decisões das Conferências de Políticas Públicas Sociais.

Aspectos sobre o documento para os candidatos ao Executivo Municipal

- Reconhecimento e fortalecimento dos Conselhos como órgãos definidores de políticas públicas;
- Participação efetiva dos Conselhos na discussão e elaboração do ciclo orçamentário;
- Sugerir a todos os candidatos procedimentos, para que incluam nos programas de governo as proposições que serão apresentadas pelos Conselhos;
- Garantir espaços de discussões democráticas, com representação da sociedade civil por meio dos Conselhos na elaboração de políticas públicas.

Anexo II

Apresentação de Propostas de Fortalecimento dos Conselhos de Políticas Públicas de Divinópolis

As representações dos Conselhos de Políticas Públicas de Divinópolis, reunidas no Encontro dos Conselheiros, no dia 19 de setembro de 2012, pactuaram um conjunto de proposições a serem apresentadas à Administração Pública municipal, com vistas à qualificação da atuação dos Conselhos junto ao Poder Público e à majoração da efetividade dos resultados em relação ao desenvolvimento das políticas públicas no município.

O governo municipal necessita reconhecer a importância do Fórum dos Conselhos de Políticas Públicas e dos Conselhos Setoriais de Políticas como espaços públicos legítimos de concepção e acompanhamento das políticas sociais, ambientais e culturais, mantendo com seus representantes diálogo permanente e qualificado, com o intuito de desenvolver conjuntamente ações voltadas para o bem estar social.

Nessa perspectiva, as representações dos Conselhos reivindicam do Poder Executivo as seguintes medidas:

- Reconhecimento da importância e da necessidade de manutenção e avanço na aplicação de instrumentos participativos de gestão das políticas públicas no município;
- Estabelecimento de diálogo permanente das Secretarias especializadas com os Conselhos e com o Fórum dos Conselhos, indicando profissionais da Administração responsáveis pelas políticas públicas e criando mecanismos de decisão conjunta sobre ações relativas às políticas;
- Organização de formas de gestão das estruturas de governo que favoreçam a inter e a transetorialidade das políticas públicas, comprometendo-se a realizar diagnósticos da realidade e de metodologias de trabalho que articulem as intervenções urbanas e as políticas sociais, ambientais e culturais no município;
- Estímulo à formulação de políticas em estruturas reticulares, a partir dos investimentos em intersetorialidade, com o propósito de aplicação de experiências relacionadas à “rede de compromisso social”;
- Manutenção e aprimoramento do apoio técnico e do espaço físico oferecidos aos Conselhos, melhorando o formato existente e disponibilizando apoio técnico específico ao Fórum dos Conselhos, para que a organização atue como ponto de referência para as ações dos Conselhos;
- Apoio à formação continuada dos conselheiros, desenvolvendo ações em parcerias para a realização de atividades de qualificação dos representantes da sociedade civil e do Poder Público;
- Criação de condições para a participação efetiva dos Conselhos na discussão e elaboração dos ciclos orçamentários.

Divinópolis, 28 de setembro de 2012

Assinaturas de representantes das diretorias dos Conselhos